

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em xx/xx/2019

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH MANHUAÇU

1
2 No dia 15 de março, às 09h30, teve início a 8ª reunião extraordinária do CBH Manhuaçu, no município
3 de Alto Caparaó. Dando início às atividades, as autoridades presentes foram convidadas a compor a
4 mesa de honra, sendo: Senisi Rocha, presidente do CBH Manhuaçu; José Gomes, prefeito de Alto
5 Caparaó; José Carlos, presidente da Câmara de Vereadores, Genilson Tadeu, vice-presidente do CBH
6 Manhuaçu e Isaura Paixão, secretária do CBH Manhuaçu. Em seguida, o Sr. Fernando Maldonado,
7 representante da Prefeitura de Aimorés no CBH-Manhuaçu e responsável pela condução do cerimonial
8 da reunião, fez uma breve oração de agradecimento. Dando início às falas, o Sr. José Gomes,
9 agradeceu a presença de todos e relatou a satisfação do município em sediar a reunião do comitê. Na
10 sequência, o Sr. José Carlos parabenizou o comitê e reforçou a importância do trabalho do colegiado
11 para o desenvolvimento da região. Prosseguindo, a Sra. Flávia Dias, secretaria adjunta do CBH
12 Manhuaçu foi convidada a compor a mesa. Ato contínuo, foi passada a palavra à vice-prefeita de Alto
13 Caparaó, Alcineia Pinheiro, que destacou a importância da parceria entre o Comitê e o município para
14 fortalecer as ações ambientais na região. Ainda nas falas iniciais, a Sra. Flávia Dias, após
15 cumprimentar a todos os presentes, enfatizou a importância dos pontos de pauta que serão debatidos
16 na plenária. Em seguida, a Sra. Isaura Paixão agradeceu à participação massiva de todos os membros
17 e convidados, mencionando que o auditório estava lotado. Finalizando os pronunciamentos, o Sr.
18 Genilson Tadeu agradeceu a todos pela participação, em especial, à comitiva do município de Mutum e
19 ao prefeito de Alto Caparaó, cuja assiduidade nas reuniões se destaca, bem como a dedicação dele às
20 questões ligadas ao meio ambiente. Prosseguindo, o Sr. Fernando Maldonado agradeceu a todos
21 novamente e passou ao Sr. Senisi Rocha a condução dos trabalhos. Em sua fala, o presidente do
22 comitê agradeceu a acolhida do município e parabenizou aos conselheiros do comitê pelo
23 comprometimento, destacando a representatividade do colegiado. Em seguida, ele informou que a
24 antecipação da reunião se deu em função de uma articulação do CBH-Doce, considerando a urgência
25 na aprovação da atualização do PIRH. Na oportunidade, fez uma crítica ao comitê federal, ressaltando
26 que esse não se atém ao cronograma dos comitês afluentes, comprometendo a integração e
27 prejudicando os trabalhos dos comitês estaduais. Comentou, também, sobre o veto à elaboração do
28 Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para Alto Caparaó, enfatizando que discutiu com várias
29 pessoas sobre o assunto, pois não considera pertinentes as justificativas apresentadas para não
30 contemplar o município, cujas águas do rio José Pedro chegam límpidas e com ótima qualidade ao Rio
31 Doce. Nesse sentido, ele destacou que há disponibilidade financeira, porém falta disposição, sendo as
32 justificativas em função de questões burocráticas e de entendimento. Em seguida, ele fez um destaque
33 ao “Movimento todos pelo rio Doce”, por meio do qual, em 2018, foram cercadas na região do CBH
34 Manhuaçu 120 nascentes. Ele explicou que a coordenação do projeto pretende, ao todo, cercar 1000
35 nascentes no território da Bacia do Rio Doce e, considerando que o CBH Manhuaçu foi o comitê mais

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em xx/xx/2019

36 articulado e mobilizado, serão mantidos os investimentos na área. Diante disso, no dia 22 de março,
37 data em que se comemora o “Dia Mundial da Água”, serão cercadas mais 12 nascentes no território do
38 Manhuaçu. Finalizando esse tema, ele destacou que sempre que houver novas ações a decisão quanto
39 às áreas contempladas será feita democraticamente junto aos conselheiros. Ainda em sua fala, ele
40 parabenizou a conselheira Juliana, de Mantimento, por sua iniciativa em ministrar uma palestra sobre o
41 comitê. Sobre isso, ele enfatizou que fez um modelo de palestra e já orientou a todos quanto à
42 utilização do material, considerando a importância de divulgar o trabalho no comitê na região, porém
43 poucos conselheiros têm levado a iniciativa a diante. Ato contínuo, foi feita a leitura da pauta da reunião,
44 sendo que não houve solicitação de inversão de pauta ou inserção de novos itens. Em seguida, foi feita
45 a conferência do *quórum* e feito um alerta às instituições “faltosas”, pois, de acordo com o Regimento
46 Interno, a ausência em três reuniões consecutivas ou seis alternadas implicará na exclusão do
47 representante faltoso. Prosseguindo, como acordado junto aos conselheiros, foi feita a apresentação do
48 resumo da ata da reunião anterior, sendo o documento aprovado por unanimidade. Passando ao item
49 seguinte da pauta, foi apresentada aos conselheiros a proposta de adequação do Regimento Interno do
50 CBH Manhuaçu à Deliberação Normativa nº 60, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, cujo
51 principal objetivo é “ajustar” os mandatos dos membros do CBH e da diretoria. Feita a leitura, as
52 adequações foram aprovadas de forma unânime pela plenária, que registrava o *quórum* qualificado
53 necessário à apreciação e votação da matéria. Dando sequência à pauta, estava prevista a discussão
54 sobre a atualização do Plano de Recursos Hídricos, porém a matéria precisará ser postergada e tratada
55 ao final da reunião. Devido a uma falha de comunicação, a equipe do IBIO, responsável pela
56 apresentação, não foi informada sobre a alteração do local da reunião, sendo que se dirigiram ao
57 Parque do Caparaó – local em que inicialmente o encontro ocorreria. Após algumas tentativas, eles
58 foram contatados e informados, porém ainda não chegaram ao novo local. Assim que chegarem será
59 passado a esse ponto da pauta e também ao próximo, referente à apresentação das atividades do IBIO
60 no exercício das funções de agência. Dando prosseguimento, foi colocada em votação a Deliberação
61 Normativa – aprovada *ad referendum*, sobre outorga da PCH Sinceridade. À época, considerando que
62 não seria possível cumprir os prazos do conselho, o documento foi aprovado pelo presidente, sendo
63 necessário, agora, o referendo a plenária. O Sr. Senisi explicou brevemente o assunto, que já havia sido
64 tratado na reunião realizada em Alvarenga, sendo a DN foi aprovada de forma unânime.
65 Sequencialmente, a Sra. Isaura Paixão falou sobre a sua participação dos eventos da CIEA-ZM, o
66 Conselho Interestadual de Meio Ambiente da Zona da Mata, que desenvolve diversas ações, dentre as
67 quais se destacam os FOREAS, que contam com a participação ativa de representantes do CBH
68 Manhuaçu. Passando ao próximo item da pauta, os representantes que participaram do Seminário
69 Técnico do CIF, realizado no mês de dezembro de 2018, em Governador Valadares, foram convidados
70 para explanar brevemente sobre a participação no evento. Iniciando as falas, o Sr. Wanderlei Barbosa,
71 do CREA, destacou que estiveram presentes representantes das comunidades atingidas, poder público,

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em xx/xx/2019

72 CBHs, CIF e Fundação Renova, além de instituições da sociedade civil. Ele informou que o evento teve
73 como objetivo das publicidades às ações que estão sendo realizadas, bem como propor soluções para
74 os problemas que ainda persistem. Em sua fala, ele também destacou que, por parte de muitos
75 atingidos, a principal preocupação está relacionada às indenizações. Outro ponto enfatizado por ele foi
76 sobre a apresentação do monitoramento da qualidade da água do rio Doce, que está sendo feito ao
77 longo de toda a calha e, segundo o qual, a condição da água está muito semelhante à existente
78 previamente ao desastre ambiental. Em seguida, foi passada a palavra a outro participante do evento, o
79 Sr. Fernando Maldonado, de Aimorés. Inicialmente, ele fez uma crítica à demora para o início do
80 evento, ocorrido em função do atraso no deslocamento dos representantes do CIF, que foram de trem
81 para Governador Valadares. Em seguida, mencionou a participação do CBH-Doce, que fez uma fala
82 logo no início das atividades, com ênfase na Lei 9433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos
83 Hídricos. Além disso, a presidente do comitê federal, encarregada de fazer a palestra, também falou
84 sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelo CBH-Doce em conjunto com os comitês de rios
85 afluentes. Em sua fala, o Sr. Fernando fez críticas à atuação da Fundação Renova e destacou que
86 dentre os 42 programas previstos no TTAC apenas um foi concluído. Segundo ele, o diálogo entre os
87 municípios e a renova é praticamente inexistente. Ele deu o exemplo de Aimorés que ainda não teve
88 acesso ao recurso ao qual tem direito, mesmo o município já tendo cumprido todos os trâmites legais
89 exigidos. Ele ainda destacou que, apesar da presença, os atingidos tiveram pouca oportunidade para se
90 manifestar. Finalizando as falas sobre o tema, a Sra. Flávia Dias, que também compareceu ao
91 encontro, fez as suas considerações. Em sua fala ela explicou, inicialmente, que a proposta original do
92 evento, cuja demanda foi apresentada pela diretoria colegiada do CBH-Doce, era realizar uma atividade
93 de cunho técnico, para que as CTs do CIF pudessem estreitar o diálogo com os CBHs e apresentar,
94 detalhadamente, o andamento das ações. No entanto, o MP interveio e alterou drasticamente o formato
95 do evento, que virou um palco para “lavação de roupa suja”. Ela destacou a complexidade do sistema
96 CIF, que é composto por 80 instituições diversas e cujo formato foi uma demanda do próprio CBH, pois
97 não era desejo de ninguém que o recurso fosse administrado diretamente pelo estado. Ela explicou que
98 CIF tem várias CTs, compostas por especialistas que desenham e identificam o que precisa ser feito no
99 âmbito de cada programa. Ela ressaltou que, de fato, as coisas estão atrasadas e que há muita
100 burocracia, porém mencionou que é um trabalho sério e que está sendo feito, porém um dos principais
101 gargalos é fazer chegar ao conhecimento da comunidade aquilo que está dando certo. Ao final, ela
102 destacou que será necessário um novo evento, a fim de cumprir o objetivo inicialmente proposto,
103 registrando, no entanto, que o seminário foi uma oportunidade para que os presentes pudessem
104 vivenciar, na pele, o sofrimento das pessoas diretamente atingidas. Além disso, ressaltou a importância
105 de que os membros do CBH Manhuaçu busquem informações e participem mais ativamente do
106 processo, indicando o site da Fundação Renova como a melhor fonte para obtenção de dados. Após os
107 relatos, o Sr. Senisi reforçou a importância de que todos aqueles que participam de eventos

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em xx/xx/2019

representando o comitê façam, na reunião seguinte à atividade, um relato sobre a participação. Além disso, todos devem apresentar um relatório por escrito. No entanto, o presidente ressaltou que há alguns relatórios pendentes. Dando continuidade à reunião, o Sr. Senisi convidou a Sra. Estela Emmerick, da SES, nova integrante do comitê, para receber o Kit do membro. Nesse sentido, ele destacou que todos aqueles que saírem do comitê deverão devolver o seu kit, pois ele só deve ser utilizado em ações do comitê. Em seguida, mencionou a chegada da equipe do IBIO e pediu desculpas por não haver avisado anteriormente sobre a alteração do local da reunião. Ato contínuo, convidou o Sr. Genilson Tadeu para apresentar o trabalho de fomento ambiental que está sendo desenvolvido na região de Mutum, que poderá contribuir com outros municípios que queiram desenvolver a atividade. Em sua fala, o Sr. Genilson explicou que o projeto abrange a Bacia do Rio São Manoel, composta, basicamente, pelo território de Mutum. Na prática, isso configura unidade de planejamento interessante, pois a município produz sua própria água. No entanto, há uma disposição desequilibrada de água ao longo do ano – diferença de precipitação muito grande entre os períodos. Diante disso, surge o desafio: buscar o equilíbrio. Nesse contexto, foi criado o Programa Municipal de Apoio à Segurança Hídrica, cujo objetivo principal é promover ações de conservação e de revitalização, e formas de compensação por serviços hidroambientais no município de Mutum. Segundo ele, a ação representa benefício para a população rural e urbana, sendo capaz de fomentar o saneamento ambiental, promovendo a reservação de água, construindo bacias de contenção de águas pluviais e sedimentos, bem como a proteção de nascentes, saneamento e reflorestamento. Como missão, o projeto pretende proporcionar dignidade e cidadania, minimizando o êxodo rural promovendo o desenvolvimento local e a diversificação da base econômica, com sustentabilidade ambiental. Ele apresentou, ainda, a forma como as ações estão divididas nas microbacias. Na sequência, ele explicou que o projeto foi votado na Câmara de Vereadores e se converteu em lei, sendo que será responsabilidade de todas as administrações executá-lo. Ele comentou, ainda, que a prefeitura disponibilizou uma máquina específica para executar os trabalhos, sendo que foi feito um decreto municipal, destinando a máquina especificamente para o projeto, podendo ser usada para outras finalidades, unicamente, em casos emergenciais. Além disso, informou que a COPASA, por meio do Pró-Mananciais, se comprometeu com a doação do óleo diesel para a máquina, cujo custo médio é de R\$ 30/hora trabalhada. No entanto, esse não é o único custo operacional. Diante disso, a comissão responsável pelo acompanhamento do projeto entendeu que as demais despesas – cujo custo estimado é de R\$ 90/hora trabalhada, deverão ser suportadas pelo produtor. Inicialmente, essa decisão gerou polêmica, porém a primeira experiência foi muito satisfatória. Ele informou ainda que projeto foi apresentado à comunidade, sendo que na ocasião foi feito um pré-cadastro e, depois, em visita à propriedade, realizado o cadastro efetivo. Para a contribuição do produtor foi criado um boleto, em que ele contribui, num primeiro momento, com 40% do valor estimado para a hora trabalhada, com base no total de horas estimadas para a conclusão do trabalho. O depósito é feito no fundo de meio ambiente. Ao final, para ilustrar, o Sr. Genilson apresentou informações e

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em xx/xx/2019

144 imagens de algumas propriedades e as expectativas positivas de resultados para o projeto. Em seguida,
145 o Sr. Senisi Rocha manifestou que o CBH é parceiro da ação e reforçou a importância de apresentar ao
146 plenário como está o andamento da ação. Encerrando o assunto, a plenária do CBH Manhuaçu
147 aprovou moção de apoio ao projeto. Em continuidade à pauta da reunião, foi passada à apresentação
148 sobre a revisão da proposta do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce e
149 realização da proposta de enquadramento. Inicialmente, o Sr. Senisi Rocha informou que o documento a
150 ser votado, de caráter técnico, foi encaminhado a todos os conselheiros junto com a convocação,
151 conjuntamente com os pareceres favoráveis emitidos pela CTPP e CTIL sobre o tema. Ele explicou que
152 houve toda uma tramitação nas câmaras técnicas dos comitês, num processo iniciado em novembro de
153 2018. Agora, o tema será submetido às plenárias de todos os CBHs da Bacia do Rio Doce. Em seguida,
154 foi passada a palavra para o diretor técnico do IBIO, Fabiano Alves. Inicialmente, ele apresentou um
155 vídeo institucional da ANA que explica, de forma simples e didática, o que são os planos de recursos
156 hídricos e o enquadramento dos corpos d'água. Dando sequência, falou resumidamente sobre a
157 elaboração do plano vigente, aprovado em 2010. Ele explicou que documento precisa ser atualizado,
158 sobretudo após o rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015, e que alterou drasticamente
159 a configuração da Bacia do Rio Doce. Além disso, é necessário rever o Pacto das Águas e "integrar" as
160 ações do PIRH junto aos demais programas que estão ocorrendo na bacia, em especial aqueles
161 previstos no TTAC e executados pela Fundação Renova. Segundo ele, essa articulação é fundamental
162 para evitar a sobreposição de ações e otimizar a aplicação do recurso da cobrança. Ele ressaltou,
163 ainda, a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que seja feito o enquadramento da
164 bacia, pois o plano atual somente apresenta diretrizes. A única exceção é o CBH-Piracicaba, cujo
165 enquadramento foi aprovado em 1994, no entanto, a revisão desse instrumento também será
166 contemplada. Outro ponto inserido se refere à avaliação e adequação do arranjo institucional existente
167 na Bacia do Rio Doce. Após a breve contextualização, o Sr. Fabiano falou sobre as etapas do trabalho.
168 A primeira etapa refere-se ao diagnóstico. A estratégia nesse momento inicial será reunir as
169 informações existentes sobre a bacia e disponibilizar, a partir de notas técnicas, para subsidiar o
170 trabalho da empresa que será contratada. Caberá à empresa contratada consolidar e complementar, de
171 acordo com o escopo mínimo exigido no TDR, contemplando a exigência legal para planos. A segunda
172 etapa compreende o prognóstico e, a terceira, a atualização do plano de ações. Ele explicou que todas
173 as etapas compreenderão oficinas e audiências públicas, eventos nos quais os membros do comitê e a
174 comunidade terão a oportunidade de se manifestar e contribuir com o plano. Outro ponto destacado na
175 apresentação foi o fato de que o novo PIRH terá um orçamento específico do plano – voltado
176 especialmente aos recursos da cobrança. Ou seja, serão dois orçamentos: um para o plano como um
177 todo e um adequado à realidade orçamentária da cobrança. Em seguida, foram apresentadas as
178 informações da proposta de enquadramento, com ênfase nas diretrizes para a efetivação o
179 enquadramento, sendo destaque que é necessário um arranjo institucional para ser implementado.

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em xx/xx/2019

180 Em seguida, falou brevemente sobre o Manual Operativo – que pretende trazer as ferramentas para
181 ajudar os comitês de bacia e a agência a iniciarem a implementação da ação imediatamente após a
182 aprovação do plano. Ele explicou que esse manual refere-se às ações consideradas prioritárias para a
183 bacia e com capacidade de serem efetivamente executadas. O objetivo principal é servir aos CBHs, aos
184 OGs e à Agência como um guia para orientar as ações, a fim de organizar a atuação de modo integrado
185 e eficiente. Como exemplo, apresentou à plenária a interface do MOP da Bacia do Rio Grande. Ao final,
186 ele mostrou o cronograma, com as ações que já foram executadas e aquelas que ainda deverão ser
187 cumpridas. As próximas etapas são CTI, CTIL e plenária do CBH-Doce, sendo que a partir daí será
188 iniciado o processo de licitação. Após a contratação da empresa, a perspectiva é de que o trabalho seja
189 concluído em até 17 meses. Após a apresentação, não houve dúvidas, então, a matéria foi colocada
190 em regimento de votação, sendo aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento, foi passada à
191 apresentação das atividades do IBIO. Antes da fala da agência, o Sr. Senisi Rocha fez uma breve
192 retrospectiva dos graves problemas financeiros do IBIO, que tem afetado o atendimento ao comitê. Em
193 2018, por exemplo, o comitê deixou de ter atendimento de um secretário (a), demandando uma carga
194 maior de funções aos membros, especialmente, à diretoria executiva. Mencionou, também as
195 demissões ocorridas no IBIO, que comprometeram a capacidade de entrega da entidade. Em seguida, o
196 Sr. Ricardo Valory, diretor geral do IBIO, iniciou sua fala justificando o atraso para a chegada à reunião,
197 considerando que a equipe da agência não foi avisada sobre a mudança de local. Prosseguindo, fez
198 uma breve fala sobre a atuação do IBIO, que é o braço executivo dos CBHs desde 2011. Ele destacou
199 que o IBIO é o CNPJ do CBH, sendo a instituição que gerencia os contratos com o recurso da
200 cobrança. Como exemplo, ele mencionou a contratação da reforma da sede do comitê. Em seguida, ele
201 falou sobre os problemas orçamentários, agravados após o anúncio do corte dos repasses adicionais da
202 ANA, bem como os recorrentes atrasos nos repasses de recursos por parte do estado. Diante desse
203 cenário, foi necessária uma reestruturação da agência, que implicou na demissão de 08 funcionários.
204 Além disso, foram cortados todos os estagiários que davam suporte *in loco* para o CBH. Ele destacou
205 que não é uma vontade do IBIO dificultar as ações do CBH, pelo contrário, pois a função do IBIO é fazer
206 o CBH funcionar. No entanto, a arrecadação é incompatível com as necessidades para o atendimento
207 pleno aos 12 comitês que integram a Bacia do Rio Doce. Sobre a situação atual, ele informou que o
208 recurso disponível em caixa assegura o funcionamento da agência até setembro 2019, pois ainda há
209 repasses pendentes, sendo que não se sabe quando o recurso virá. Segundo o diretor, essa incerteza
210 prejudica o planejamento, considerando que é temerário fazer contratações, sedo que não se sabe até
211 onde será possível avançar. Ele falou, ainda, sobre o GT de Planejamento Estratégico, instituído no
212 âmbito do CBH-Doce, com o objetivo de identificar as ações prioritárias, levando em consideração a
213 atual estrutura de atendimento que a agência possui. Ele destacou, também, que entidade está em
214 busca de parcerias, com o IEF, por exemplo, para tentar ampliar o alcance e agilizar a implementação
215 das ações. Encerrando, mencionou que a fala não se trata de um recado pessimista ou otimista, mas

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em xx/xx/2019

216 realista, em que o objetivo principal é adequar para fazer mais com menos. Segundo ele, o IBIO
217 executa aquilo que os comitês definem fazer, pois o CBH é a instância soberana. Saliou que tem
218 consciência de que a agência não está atendendo de forma satisfatória as expectativas do comitê, mas
219 é preciso que haja um trabalho de parceria, pois um depende do outro e a agência existe para o comitê
220 funcionar. Em relação à elaboração do PMSB para o município de Alto Caparaó, ele explicou que a
221 agência não teve autorização para elaborar o plano, mas que esse quadro ainda pode ser revertida
222 caso o critério de 2%, atualmente previsto, seja alterado com a revisão do PIRH e, conseqüentemente,
223 do PAP-Doce. Fechando a fala, informou que a agência está à disposição e que a equipe pretende
224 voltar a participar das reuniões plenárias dos comitês a partir de 2019. Prosseguindo, o Sr. Senisi
225 agradeceu e reforçou, junto aos membros do plenário, que essa é a oportunidade para sanar as
226 dúvidas, apresentar indagações e entendimentos à agência. Iniciando as intervenções, o Sr. Genilson
227 destacou que, hoje, o mais importante é saber o que o CBH Manhuaçu pode planejar para o ano,
228 porque, às vezes, se planeja e tudo se perde do meio do caminho, perdendo todo o esforço
229 empenhado. Em resposta, o Sr. Ricardo Valory, reforçou a importância do trabalho que está sendo feito
230 em Mutum. No entanto, enfatizou que para qualquer decisão é necessário que haja uma articulação
231 com os demais CBHs e, em função da incerteza quanto aos repasses, é complexo, neste momento,
232 planejar ações de longo prazo. Em seguida, a Sra. Flávia Dias mencionou que os demais comitês, que
233 tem mais dinheiro, tem condição de executar o Rio Vivo. Já o Manhuaçu, que tem uma situação
234 financeira diferente, não terá o mesmo êxito trabalhando dessa forma. Segundo ela, um caminho seria a
235 agência se aproximar para conhecer a realidade do CBH Manhuaçu que é diferente dos demais. A
236 recuperação de nascentes, por exemplo, é algo que já é feito na região e atingiria um número pequeno
237 de pessoas, considerando o montante disponível para investimento. Na bacia, o grande problema é a
238 questão dos sedimentos, por isso é preciso uma estratégia diferente para o Manhuaçu, aproveitando
239 aquilo que o comitê já possui como, por exemplo, a iniciativa de mutum, apresentada na reunião de
240 hoje. Em resposta, o Sr. Ricardo Valory sugeriu que seja levado à CTI do CBH-Doce o projeto que está
241 sendo desenvolvido em Mutum, a fim de avaliar a possibilidade de priorizar esse projeto. Na sequência,
242 a Sra. Isaura Paixão ressaltou que vê uma deficiência muito grande do IBIO. Ela comentou que os
243 municípios reclamam, pois não veem nada de concreto executado pelo comitê. Ela destacou que sabe
244 das limitações, mas que tem tido dificuldades em coisas básicas, como o recebimento de diárias. Ao
245 final, pediu que seja dada atenção especial aos comitês que tem menos recurso, porque esses acabam
246 ficando muito prejudicados. Em resposta, o Sr. Ricardo Valory informou que irá verificar a questão das
247 diárias, pois o objetivo é zerar esses passivos. Sobre o atendimento às cidades da região, ele deu como
248 exemplo os PMSB e os irrigômetros. Ele reforçou que, de fato, é urgente retomar a execução das
249 ações, mas é necessário segurança para tal. Com relação à priorização, ele disse que se trata de uma
250 questão complexa, pois aqueles que têm muito dinheiro querem que lá seja priorizado e o IBIO, na
251 perspectiva da integração, trabalha a bacia como um todo. Em

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em xx/xx/2019

252 Em complementação, o Sr. Fabiano Alves, diretor técnico do IBIO, disse que o IBIO tem participado das
253 reuniões da CTPP do CBH-Manhuaçu para explicar o escopo do Rio Vivo, sendo que haverá um
254 diagnóstico e a execução será personalizada para a realidade de cada comitê. Segundo ele, nesse
255 momento, o comitê pode dar prioridade ao P12. No entanto, a primeira fase, que contempla o
256 diagnóstico e abrange dos três programas é indispensável. Ele informou que é possível fazer o
257 diagnóstico para os três e optar pela execução do P12. Em seguida, o Sr. Toríbio, do SAAE de Aimorés,
258 questionou sobre a continuidade dos PMSBs, pois os trabalhos de elaboração do plano teve um custo
259 elevado e a maioria deles está engavetada. Segundo ele, é preciso capacitar os gestores para captar
260 recursos e executar os projetos. Finalizando as discussões sobre o tema, o Sr. Senisi disse que os
261 entraves fazem parte do processo e é importante que toda a plenária tenha acesso às informações
262 sobre a realidade da agência. Em sua fala, ele também destacou que o Manhuaçu é um comitê
263 diferenciado, pois consegue se mobilizar e trabalhar com parcerias, mas em alguns casos é preciso ir
264 além. Ele deu como exemplo a sua participação no GT, com o objetivo de não interromper as atividades
265 já programadas, pois estava previsto, para o final de 2018, apenas o apoio às assembleias. Segundo
266 ele, essa ação foi de extrema importância para não interromper as ações já programadas pelo CBH. Ele
267 ressaltou extrema preocupação com o futuro, pois o comitê não sabe o que esperar, vivendo em uma
268 constante agonia. Ele enfatizou que preciso pensar alternativas, fazer arranjos locais. Finalizada a
269 discussão e não havendo mais assuntos a tratar, o presidente do Comitê, Senisi Rocha, agradeceu a
270 presença de todos e encerrou a 39ª Assembleia Ordinária do CBH Manhuaçu. Assina esta ata:

271
272
273
274
275 **Senisi de Almeida Rocha**
276 Presidente do CBH Manhuaçu